

02/10/2017 11:14 - Criação do município de Porto Velho completa 103 anos nesta segunda-feira



Aos 103 anos de criação do município, completados em 2 de outubro, Porto Velho ainda tem muito a conhecer. “A instalação ocorreu em 24 de janeiro de 1915, a posse do prefeito e de intendentess realizou-se na casa de Manoel Félix, na rua dos Portugueses”, lembra a escritora, professora e acadêmica de letras, Yêdda Pinheiro Borzakov, 77 anos.

Reaparecem no cenário personagens do século passado, entre eles, o primeiro prefeito, major Fernando de Souza Guapindaia, cuja gestão foi marcada pela construção do Cemitério dos Inocentes, da Escola Mista Municipal Jônathas Pedrosa, da cadeia pública e pelo arruamento da cidade.

No aniversário de 102 anos, em 2016, a capital ganhou um presente literário: os pesquisadores americanos Gary e Rose Neeleman, lançaram o livro Soldados da Borracha: o exército esquecido que salvou a Segunda Guerra Mundial, um relato dramático não contado naquele período (1939-1945).

Os autores ouviram diversas pessoas que contribuíram com a pesquisa do livro, e também consultaram o Congresso norte-americano a respeito. Paralelamente, tiveram acesso a eventos que revelaram raras experiências de milhares de homens que trabalharam e deram suas vidas para ajudar os países Aliados na busca da borracha na Amazônia Ocidental brasileira.

EXPLORAÇÃO DA MADEIRA

Basta olhar um mapa de 1917 para se avaliar o espaço urbano de Porto Velho naquele período. Só havia casas e outras edificações no trecho entre a margem do rio Madeira e a rua Joaquim Nabuco.

Assim, não pode se debitar somente a migrantes capixabas, catarinenses, gaúchos e paranaenses, principalmente, a devastação de grandes lotes de floresta em Rondônia. Derrubadas também ocorreram dentro do próprio município.

A inexistência de leis ambientais levaram a administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) a extrapolar os limites de 150 metros à direita e à esquerda do pátio ferroviário para retirar itaúba no mato, onde mais tarde seria construído o Hospital São José e o Colégio Maria Auxiliadora.

“A direção usava essa madeira para fazer dormentes, distribuía lotes a pessoas que tinham a sorte de consegui-los, e cobrava impostos de proprietários de animais”, comentou a escritora.

Era o que a escritora classifica de atos incompatíveis com o regime ferroviário, por parte de mister W. Little, gerente da construtora da EFMM. Foi preciso a intervenção do então governador do Amazonas, Jônathas de Freitas Pedrosa, para autorizar o uso dos dormentes.

Yêdda desmistifica versões. Uma delas falando de suposta aversão do governador Aluízio Ferreira a pessoas negras. Aluízio governou de 1º de novembro de 1943 a 7 de fevereiro de 1946. Foi também o primeiro presidente da EFMM, a partir de 10 de julho de 1931.

“Judith Holder e o marido Percy Holder casaram-se, e logo moraram no bairro Caiari, o “elegante da época”, cujas casas foram inauguradas em 1940. Ali também viveram os notáveis Enos Eduardo Lins e Ananias Andrade, também negros. Judith morreu em 2015, aos 101 anos.

De alguns anos para cá, as casas do bairro Caiari estão sendo reformadas e a maioria teve suas projeções arquitetônicas modificadas.

Da EFMM, pouco do que restou das peças centenárias e de algumas rodas, armários, cofres e outras ferragens da Madeira-Mamoré encontram-se num depósito alugado em 2015 pela prefeitura de Porto Velho, na zona Sul da cidade.

Em andanças com grupo de estudos formados por historiadores e universitários, Yêdda constatou em Candeias do Jamari outro marco divisório desses estados.

Ironia do desconhecimento e da zombaria: a Praça Marechal Rondon (denominação dada por decreto) passou longo tempo conhecida por Praça Rondon e descambou para “Praça do Baú”, por causa do nome de um estabelecimento comercial na esquina com a Rua 7 de

Setembro.

No livro Porto Velho – 100 anos de história (1907-2007), Yêdda resgata, entre outros aspectos, a construção da ferrovia, grupamentos militares, bens imóveis da EFMM, saúde pública pós-nacionalização, energia elétrica, museu ferroviário, as três caixas-d'água, o marco das coordenadas geográficas, o bairro Caiari, sítios históricos de Santo Antônio do rio Madeira, inscrições rupestres, lojas maçônicas, cemitérios, colégios, prédios públicos, bairros periféricos (Triângulo e Alto do Bode por exemplo), igrejas, museus, bibliotecas e espaços culturais.

MARCO DIVISÓRIO

Pesquisando Viriato Correia, famoso narrador de “histórias que a história não conta”, Yêdda encontrou documento com a planta do marco divisório principal, de argamassa de cimento e areia, situado entre os Estados do Amazonas e Mato Grosso, próximo à extinta cachoeira de Santo Antônio, alagada pela hidrelétrica com o mesmo nome. “Ele não se chama Marco Rondon, mas há pessoas que espalham isso”.

O termo de inauguração, em 10 de janeiro de 1911, foi assinado pelo major Alípio Gama e pelo tenente-coronel Felinto Alcino Braga Cavalcante, chefes das comissões de Mato Grosso e Amazonas, respectivamente. Eram governadores o coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (Amazonas) e o coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa (Mato Grosso).

RIO MADEIRA

O município de Porto Velho tem histórico de formação que se confunde com a assinatura do Tratado de Petrópolis e a navegação pelo Rio Madeira. Ainda em 1873, o imperador Dom Pedro II assinou decreto autorizando navios mercantes de todas as nações amigas a trafegarem pelos rios amazônicos.

Esta região teve, ao longo dos anos, muitos embarcadouros, como em Santo Antônio, por onde os donos de seringais embarcavam sua produção e recebiam os aviamentos para a manutenção dos seringueiros. Mais tarde, com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), um porto foi construído para o desembarque dos equipamentos e materiais usados na ferrovia, sendo o ponto de partida no que mais tarde se tornou a capital do Estado de Rondônia.

Um pouco mais acima no Rio Madeira, um embarcadouro passou a ser usado pelos ribeirinhos, o local que atualmente é conhecido como o Porto do Cai n'Água, classificado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) como Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte (IP4), administrado pela prefeitura de Porto Velho.

Essa estrutura serviu como base para a construção da EFMM, abastecimento da cidade, que se formou no seu entorno e transformação social, impulsionando o crescimento da região até a década de 1970. Quando o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPV) iniciou a construção de novas estruturas portuárias na cidade de Porto Velho, que mais tarde, com a extinta Empresa de Portos do Brasil (Portobras), tornou-se o Porto Organizado de Porto Velho, administrado pela Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia (Soph), empresa pública do Governo do Estado de Rondônia.

Para o diretor presidente da Soph, Leudo Buriti, a capital de Rondônia não pode ser pensada sem lembrar do Rio Madeira e do porto, uma vez que o desenvolvimento de ambos está entrelaçado. “Hoje, Porto Velho caminha para se tornar uma cidade detentora de um grande complexo portuário, gerando mão de obra, riqueza e renda para o município. Contraditório ao cenário nacional de crise econômica, Rondônia vivencia uma projeção fantástica para estabelecer o desenvolvimento do estado através da viabilização do transporte da própria produção agrícola e pecuária, e também visa atender ao Mato Grosso e Acre”, afirma Buriti.

Fonte: Montezuma Cruz e Rafaela Schuindt